



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638733 - GO (2021/0002023-3)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DAVID SOARES DA COSTA JUNIOR  
**ADVOGADO** : DAVID SOARES DA COSTA JÚNIOR - GO025515  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : BRUNO FELIX DE SOUZA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNO FELIX DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (5560142-98.2020.8.09.0000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 5/11/2020 pelo suposto cometimento do crime de tráfico de drogas, tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06. Posteriormente referida prisão foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a segregação cautelar do paciente, além de não alicerçada em decisão com fundamentação idônea, não preenche os requisitos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Alega que é razoável e proporcional a aplicação de medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Ressalta que o paciente é primário, possui ocupação lícita e residência fixa, de forma que faz jus à causa de diminuição da pena insculpida no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/06, o que conduzirá, em caso de eventual condenação, à fixação da reprimenda em regime inicial menos gravoso, sendo desproporcional a manutenção da segregação cautelar.

Assevera que o paciente corre o risco de contaminação pela covid-19 e, desse modo, possui todos os predicados para responder a ação penal em liberdade, em observância à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do paciente ou a liberdade provisória sem fiança em virtude de sua hipossuficiência, com a imposição de medidas cautelares diversas; subsidiariamente, pede seja convertida a segregação cautelar em prisão domiciliar, com fundamento no art. 318 do Código de Processo Penal. No mérito, pugna pela concessão da ordem para confirmar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do voto do desembargador relator:

Ao contrário do aduzido na impetração, observa-se que o decreto de prisão preventiva está embasado na gravidade concreta da conduta imputada, consubstanciada na apreensão de “12 (doze) porções de maconha, com massa bruta total de 8,685 kg (oito quilogramas e seiscentos e oitenta e cinco gramas) e 01 (uma) balança digital, cor branca, com avarias” (arquivo 02, movimentação 01), o que é consentâneo com a necessidade da medida extrema para a garantia da ordem pública.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente